

COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 de DEZEMBRO DE 2018 E 2017

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO, é uma cooperativa financeira, fundada em 03/12/1991, filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIALTO possui 8 Postos de Atendimento (PAs), sendo 4 em PIUMHI (MG) e os demais em: DORESÓPOLIS - MG, CÓRREGO FUNDO - MG, CAPITÓLIO – MG e PIMENTA - MG.

O SICOOB CREDIALTO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/1/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados Resolução CMN nº 4.424/2015.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e *softwares*, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("*pro rata temporis*"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2018.

4. Títulos e valores mobiliários

Em **31 de Dezembro de 2018 e 2017**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa	38.952,01	2.840.023,34
TOTAL	38.952,01	2.840.023,34

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no SICOOB CENTRAL CECREMGE, com remuneração de, em média, 100,56% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto o BANCO COOPERATIVO DO BRASIL.

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos Interfinanceiros (a)	5.927.121,10	1.039.298,95
Centralização Financeira – Cooperativas (b)	61.110.262,64	60.091.439,10
TOTAL	67.037.383,74	61.130.738,05

(a) Referem-se à Aplicações Interfinanceiras de Liquidez, junto ao Banco Cooperativo do Brasil.

(b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CECREMGE conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	136.493,21	0	136.493,21	119.893,87
Empréstimos	16.143.294,64	9.466.934,59	25.610.229,23	23.280.122,99
Títulos Descontados	4.825.103,24	0	4.825.103,24	4.528.861,18
Financiamentos	5.266.822,68	7.454.583,49	12.721.406,17	9.903.983,37
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	19.282.355,83	35.833,46	19.318.189,29	24.563.064,41
(-) Provisões para Operações de Crédito	-3.190.692,29		-3.190.692,29	-2.392.907,32
TOTAL	42.463.377,31	16.957.351,54	59.420.728,85	60.003.018,50

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017		
									A	0,5%
B	1%	Normal	8.898.036,05	1.016.277,56	3.990.620,29	11.648.612,03	25.553.545,93	-255.535,46	23.629.963,80	-236.299,64
B	1%	Vencidas	36.409,01	2.417,19	65.543,29	0,00	104.369,49	-1.043,69	211.560,64	-2.115,61
C	3%	Normal	6.048.463,09	960.954,23	3.597.617,47	1.107.255,25	11.714.290,04	-351.428,70	7.629.120,83	-228.873,62
C	3%	Vencidas	66.612,66	33.267,45	210.578,47	0,00	310.458,58	-9.313,76	322.744,60	-9.682,34
D	10%	Normal	2.782.084,89	377.054,42	680.819,85	214.406,77	4.054.365,93	-405.436,59	319.784,40	-31.978,44
D	10%	Vencidas	60.870,26	23.338,22	8.676,07	0,00	92.884,55	-9.288,46	205.962,74	-20.596,27
E	30%	Normal	446.361,71	74.892,36	198.499,69	0,00	719.753,76	-215.926,13	97.486,05	-29.245,82
E	30%	Vencidas	201.440,57	28.769,80	89.416,31	0,00	319.626,68	-95.888,00	594.241,42	-178.272,43
F	50%	Normal	549.547,36	24.000,60	76.980,64	0,00	650.528,60	-325.264,30	52.849,58	-26.424,79
F	50%	Vencidas	166.497,33	2.420,69	353,77	0,00	169.271,79	-84.635,89	46.902,98	-23.451,49
G	70%	Normal	23.174,78	14.873,10	0,00	0,00	38.047,88	-26.633,52	110.043,94	-77.030,76
G	70%	Vencidas	150.468,47	8.685,61	87.239,31	0,00	246.393,39	-172.476,62	699.788,57	-489.852,00
H	100%	Normal	535.132,78	13.397,89	49.720,79	7.502,91	605.754,37	-605.754,37	448.318,05	-448.318,05
H	100%	Vencidas	292.050,37	28.081,67	111.530,12	112.967,12	544.629,28	-544.629,28	452.894,75	-452.894,75
Total Normal			26.695.626,79	2.774.869,59	12.148.068,83	19.205.222,17	60.823.787,38	2.273.416,57	59.861.830,12	1.216.042,44
Total Vencidos			974.348,67	126.980,63	573.337,34	112.967,12	1.787.633,76	-917.275,70	2.534.095,70	1.176.864,89
Total Geral			27.669.975,46	2.901.850,22	12.721.406,17	19.318.189,29	62.611.421,14	3.190.692,29	62.395.925,82	2.392.907,33
Provisões			-2.095.254,08	-183.799,91	-588.886,59	-322.751,71	-3.190.692,29		2.392.907,31	
Total Líquido			25.574.721,38	2.718.050,31	12.132.519,58	18.995.437,58	59.420.728,85		60.003.018,51	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	3.425.963,92	9.951.973,71	9.466.934,59	22.844.872,22
Financiamentos	1.541.840,20	3.724.982,48	7.454.583,49	12.721.406,17
Títulos Descontados	4.536.664,14	288.439,10		4.825.103,24
Financiamentos Rurais	2.073.540,81	17.208.815,02	35.833,46	19.318.189,29
Conta Corrente	2.901.850,22		0	2.901.850,22
TOTAL	14.479.859,29	31.174.210,31	16.957.351,54	62.611.421,14

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	170.139,41	1.099.270,84	605.442,24	0,00	1.874.852,49	3%
Setor Privado - Indústria	290.192,10	645.288,44	418.248,48	0,00	1.353.729,02	2%
Setor Privado - Serviços	1.168.403,79	14.756.621,07	2.308.114,80	0,00	18.233.139,66	29%
Pessoa Física	1.224.042,62	18.953.395,79	1.465.000,94	19.318.189,29	40.960.628,64	65%
Outros	49.072,30	111.702,25	28.296,78	0,00	189.071,33	0%
TOTAL	2.901.850,22	35.566.278,39	4.825.103,24	19.318.189,29	62.611.421,14	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	2.392.907,51	3.542.139,17
Constituições/Reversões no Período	2.473.935,15	1.569.937,60
Transferência para prejuízo	(1.676.150,37)	(2.719.169,26)
TOTAL	3.190.692,29	2.392.907,51

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Devedor	1.552.094,98	2,00%	2.022.826,91	3,00%
10 Maiores Devedores	9.333.640,03	15,00%	11.418.744,14	18,00%
50 Maiores Devedores	21.180.018,10	34,00%	24.133.384,09	39,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	6.636.982,31	5.082.152,47
Valor das operações transferidas no período	1.676.150,37	2.719.169,26
Valor das operações recuperadas no período	(773.254,28)	(1.080.817,74)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas	(24.218,21)	(55.761,87)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(6.739,45)	(27.759,81)
TOTAL	7.508.920,74	6.636.982,31

h) Operações renegociadas: Durante o exercício de **2018**, a cooperativa procedeu à renegociação de operações de crédito no montante total de R\$ 6.794.137,54, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
------------	------------	------------

Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	92.770,64	182.891,45
Serviços Prestados a Receber	100.425,69	72.479,54
Outras Rendas a Receber (b)	352.271,76	349.490,94
Adiantamentos e Antecipações salariais	16.445,11	17.396,15
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	1.603,27	1.000,00
Adiantamentos Por Conta de Imobilizações (c)	251.680,38	500.000,00
Impostos e Contribuições a Compensar (d)	166.109,44	67.120,60
Títulos e Créditos a Receber – Concessão de Crédito	-	766,34
Títulos e Créditos a Receber – Sem Concessão de Crédito	19.261,00	28.749,48
PROAGRO Adicional	-	3.963,57
Devedores Diversos – País	11.997,59	380.795,78
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa – Avais e Fianças Honrados (e)	(53.343,68)	(113.186,80)
Provisão Créditos Liquidação Duvidosa Cartão Credialto Car	-	(766,34)
Provisão Créditos de Liquidação Duvidosa – Concessão de Credito Plano de Saúde	(3.072,30)	(12.668,65)
TOTAL	956.148,90	1.478.032,06

(a) Refere-se ao saldo de Cessão Cartão de Crédito pelo Bancoob.

(b) Refere-se a Rendas de Aplicações Financeiras junto a Sicoob Central Cecremge

(c) Refere-se Adiantamento para aquisição de material, para construção da Sede Administrativa, do Sicoob Credialto.

(d) Refere-se ao IRPJ e CSLL a compensar dos exercícios de 2017/2018

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual		Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
E	30%	49.981,74	49.981,74	- 14.994,55	85.802,18	-25.740,65
F	50%	1.764,37	1.764,37	- 882,19	16.245,65	-8122,83
G	70%	11.858,65	11.858,65	-8.301,06	5.067,85	-3.547,49
H	100%	29.165,88	29.165,88	-29.165,88	75.775,77	-75.775,77
Total Geral		92.770,64	92.770,64	-53.343,68	182.891,45	-113.186,74
Provisões		-53.343,68	-53.343,68		-113.186,74	
Total Líquido		39.426,96	39.426,96		69.704,71	

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	777.523,00	1.185.918,61
(Provisões para Desvalorizações)	0,00	-107.701,41
Despesas Antecipadas (b)	210.209,11	99.677,86
TOTAL	987.732,11	1.177.895,06

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

Data do Recebimento	Descrição do Bem	Valor
21/12/2017	Uma casa de morada, coberta de telhas coloniais, laje, com área construída 215,93 m2. Mat. 211 Lv – 2-RG, situada à Rua: Padre José Venâncio, 927 – Pains – (MG).	R\$ 627.523,00
18/12/2018	Um lote de Nº 27, MAT 67942, situado Av. Guanabara, vivendas do lago, PIMENTA-MG, em pagamento parcial CCB-29092-5, emissão de Marcelo da Silveira Cassini, em favor SICOOB CREDIALTO.	R\$ 50.000,00
18/12/2018	Um lote de Nº 28, MAT 67943, situado Av. Guanabara, vivendas do lago, PIMENTA-MG, em pagamento parcial CCB-29092-5, emissão de Marcelo da Silveira Cassini, em favor SICOOB CREDIALTO.	R\$ 50.000,00
18/12/2018	Um lote de Nº 29, MAT 67944, situado Av. Guanabara, vivendas do lago, PIMENTA-MG, em pagamento parcial CCB-29092-5, emissão de Marcelo da Silveira Cassini, em favor SICOOB CREDIALTO.	R\$ 50.000,00

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas pagas antecipadamente, tendo como valores relevantes: Prêmios de Seguro Patrimonial (R\$ 14.719,26), Ticket Alimentação 01/2018 (R\$ 67.463,31), Processamento de Dados (R\$ 4.323,88), Contribuições a Fundos (R\$ 123.202,66) e outros (R\$ 500,00).

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL CECREMGE e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	1.731.969,80	1.495.500,93
Participações inst. financ controlada coop crédito	168.435,40	151.036,01
TOTAL	1.900.405,20	1.646.536,94

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	1.361.443,83	0,00	
Terrenos	1.784.779,23	125.969,56	
Edificações	560.260,97	560.260,97	4%
(-) Depreciação Acum. Imóveis de Uso - Edificações	-307.875,79	-285.465,19	
Instalações	70.171,42	70.171,42	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-35.408,94	-28.392,30	
Móveis e equipamentos de Uso	1.060.266,44	1.045.919,39	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-662.377,78	-595.028,09	
Sistema de Comunicação	124.771,00	129.427,00	20%
Sistema de Processamento de Dados	969.753,58	966.781,78	10%
Sistema de Segurança	309.632,71	258.978,30	10%
Sistema de Transporte	149.887,75	134.238,80	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-1.059.480,86	-1.014.640,58	
TOTAL	4.325.823,56	1.368.221,06	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Direito de Uso – Adquiridos Antes 01/10/2013	266.157,24	266.157,24	
Direito de Uso – Adquiridos A Partir 01/10/2013 (a)	129.288,92	124.062,11	4%
(-) Amortização Acumulada – Direito de Uso Adquiridos Antes de 01/10/2013	-266.157,24	-262.752,82	
(-) Amortização Acumulada – Direito de Uso Adquiridos Após de 01/10/2013	-72.788,24	-42.299,97	10%
TOTAL	56.500,68	85.166,56	

(a) O valor registrado na rubrica “Intangível”, refere-se, basicamente, a 09 licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, sendo 08 adquiridas em junho de 2009 e mais 01 adquirida em 2015, da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação. Na mesma data, a Central cedeu exclusivamente às suas filiadas (cooperativas singulares associadas), devidamente autorizado pelo Sicoob Confederação, com prazo de até 31 de maio de 2019, o direito de uso do SISBR.

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	26.156.419,88	21.327.612,80
Depósito a Prazo	59.912.678,75	64.871.647,25
TOTAL	86.069.098,63	86.199.260,05

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil reais), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	2.545.108,01	2,63%	2.000.080,86	2,11%
10 Maiores Depositantes	10.585.692,28	10,92%	12.113.159,37	12,77%
50 Maiores Depositantes	26.574.017,70	27,42%	28.758.472,84	30,32%

Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2018	2017
Despesas de Depósitos a Prazo	-3.729.680,03	-6.153.286,66
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	-632.468,62	-334.048,50
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-147.807,57	-136.674,97
TOTAL	-4.509.956,22	-6.624.010,13

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	11.628.865,29	9.324.636,25
Total	11.628.865,29	9.324.636,25

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04).

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Recursos do Bancoob	20/11/2019	13.700.696,31	12.804.494,25
(-) Despesa a apropriar Bancoob		-492.816,44	-460.801,18
TOTAL		13.207.879,87	12.343.693,07

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	2018	2017
Ordens de Pagamento	705.000,00	574.800,00
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	2.698,86	3.799,18
TOTAL	707.698,86	578.599,18

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

16. Outras Obrigações

Descrição	2018	2017
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	84.779,23	70.668,43
Sociais e Estatutárias	895.143,55	771.130,61

Fiscais e Previdenciárias	188.234,85	196.963,19
Diversas	1.537.814,62	1.753.463,71
TOTAL	2.705.972,25	2.792.225,94

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Resultado de Atos com Associados (a)	169.729,67	276.889,25
Cotas de Capital a Pagar (b)	725.413,88	494.241,36
TOTAL	895.143,55	771.130,61

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	188.234,85	196.963,19
TOTAL	188.234,85	196.963,19

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Cheques Administrativos (a)	6.183,50	1.309,97
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.510,00	0,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	274.640,45	226.430,43
Provisão para Pagamentos a Efetuar	750.972,00	726.271,38
Provisão para Passivos Contingentes (b)	69.724,00	10.724,00
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (c)	180.271,10	140.583,38
Credores Diversos – País (d)	251.513,57	648.144,55
TOTAL	1.537.814,62	1.753.463,71

- (a) Referem-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, porém, não compensados até a data-base de 31/12/2018.
- (b) Passivos Contingentes (R\$ 69.724,00) provisão com base relatório jurídico, onde foi considerado provável a perda em 05 (cinco) processos cíveis, onde a SICOOB CREDIALTO, figura como Réu.
- (c) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 11.983.697,12 e (R\$ 10.706.824,78 em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.
- (d) Referem-se a pendências a regularizar: Pendências a Regularizar Bancoob (R\$ 161.979,39), Convênios Concessionárias – Prefeituras (R\$ 1.150,47), mensalidade Cooperativa Central (R\$ 12.756,35) e outros obrigações provisões de despesas a pagar devidamente registradas por competência (R\$ 11.175,79), e Cheques Depositados relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2018 (R\$ 64.451,57).

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIALTO opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	14.540.572,68	12.618.298,98
Associados	9.022	8.896

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, encontra-se constituída em 31/12/2018 no valor de R\$ 5.447.612,49.

c) Fundo de Reserva de Expansão

Formado por meio de destinações de recursos oriundos das sobras de cada exercício social da Sicoob Credialto e em conformidade com os valores aprovados pelas Assembleias Gerais, em 24/03/2018 encontra-se hoje com saldo de R\$ 477.582,78, destina-se, para construção da Sede Administrativa do Sicoob Credialto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971. Encontra-se constituída em 31/12/2018 no valor de R\$ 848.648,38, referente as sobras líquidas do exercício, acrescidas da Reversão de Reserva R\$ 1.379.533,30, totalizando o montante de R\$ 2.228.181,68, à disposição da AGO, a ser realizada em 28/03/2019.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 24/03/2018, os cooperados deliberaram pela criação do Fundo De Reserva para Expansão, com sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 1.857.116,12.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2018	2017
Sobra líquida do exercício	1.697.296,69	1.890.037,15
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES		
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	1.697.296,69	1.890.037,15
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 40%	(678.918,68)	(567.011,15)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(169.729,67)	(189.003,72)
Sobra à disposição da Assembleia Geral de 2019	848.648,35	1.134.022,28

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2018	2017
Receita de prestação de serviços	599.019,80	538.403,68
Resultado operacional	(110.556,70)	(133.774,48)
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(318.737,48)	(277.367,81)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(297.287,10)	(158.337,06)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(127.561,48)	(31.075,67)

20. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, no exercício findo em 2018, visando remunerar o capital do associado, no valor de R\$ 845.008,70. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	2018	2017
Recuperação de Encargos e Despesas	45.687,94	22.527,36
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	49.063,15	13.094,33
Reversão de Outras Provisões Operacionais	3.064,32	0
Rendas Juros Cartão de Crédito	307.893,14	294.370,34
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	60.033,16	53.192,34
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	104.765,27	62.512,68
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	192.521,83	95.824,38
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	173.652,22	120.534,56
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	49.722,95	35.111,53
Atualização de Depósitos Judiciais	0,00	53,51
Dividendos	17.394,41	16.243,09
Distribuição de Sobras da Central	162.515,14	0,00
Outras Rendas Operacionais	72.507,22	163.266,27
TOTAL	1.238.820,75	876.730,39

21.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	393.601,36	401.037,12
Rendas de Empréstimos	6.402.494,93	7.307.904,87
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	1.056.481,63	1.060.628,30
Rendas de Financiamentos	2.460.929,56	1.982.026,54
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	0,00	732.930,74
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	1.402.244,21	770.838,58
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	452.335,38	275.925,50
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	202.990,72	161.437,89
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	0,00	532.499,81
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	165.807,17	50.507,09
Rendas c/ Tít.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	90.883,34	505.899,73
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.065.827,05	1.201.780,89
TOTAL	13.693.595,35	14.983.417,06

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	2018	2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-18.226,02	-57.885,71
Despesas de Descontos Concedidos	-1.864,56	-220.447,10
Despesas de Recursos do Proagro	-17,04	-50,52
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-40.833,02	-26.454,01
Contrib. ao Fundo Ressarc. Fraudes Externas	-2.683,77	-6.192,27
Contrib. ao Fundo Ressarc. Perdas Operacionais	-1.248,78	-3.119,33
Contrib. ao Fundo Tecnologia da Informação	-145.891,54	-147.222,32
Outras Despesas Operacionais	-65.232,76	-26.465,31
Garantias Financeiras Prestadas	-88.198,57	-96.107,07
Outras Provisões Operacionais	-69.000,00	0,00
TOTAL	-433.196,06	-583.943,64

22.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	2018	2017
Despesas De Captação	-4.509.956,22	-6.624.010,13
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-671.055,27	-974.490,51
Provisões para operações de crédito	-2.405.047,98	-1.572.308,35
TOTAL	-7.586.059,47	-9.170.808,99

23. Resultado não operacional

Descrição	2018	2017
Ganhos de Capital	44.511,48	23.848,40
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-30.694,20	0,00
(-) Perdas de Capital	-14.567,28	-8.240,45
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0,00	-2.075,39
Resultado Líquido	-750,00	13.532,56

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2018>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	67.482,51	0,04%	152,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	45.360,80	0,02%	119,97
TOTAL	112.843,31	0,06%	271,97
Montante das Operações Passivas	2.224.632,44	2,77%	

Operações ativas e passivas – saldo em <2018>:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	2.476,36	24,80	0%
Financiamento	87.376,46	436,88	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	228.723,14	0,88%	0%
Depósitos a Prazo	4.685.501,77	6,55%	0,47%

Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas	Taxa Aprovada pelo Conselho de Administração / Diretoria Executiva
Empréstimos	0,9%	0,45% + 100%CDI a 3,00%
Financiamento	1,2%	1,00% a 1,75%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	95,65%	100% CDI

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2018

Empréstimos e Financiamentos	0,05%
------------------------------	-------

As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos e Financiamentos	135.747,44

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

No exercício de <2018> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$)	
Honorários	(636.841,67)
Encargos Sociais	(137.973,58)

25. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO ALTO SÃO FRANCISCO LTDA - SICOOB CREDIALTO, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CECREMGE a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIALTO responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CECREMGE perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a SICOOB CENTRAL CECREMGE 31/12/2018:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante - Relações interfinanceiras - centralização financeira (nota 5)	61.110.262,64	60.091.439,10
Ativo Permanente – Investimentos Cecemge (nota 9)	1.731.969,80	1.495.500,93

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CECREMGE, em 30/06/2018, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 29/08/2018, com opinião sem modificação. A auditoria das demonstrações contábeis referente à data base 31 de dezembro de 2018 não foi concluída até a data da aprovação das demonstrações objeto dessa publicação.

26. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

26.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

26.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

26.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

26.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

26.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

26.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

27. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basileia

O Patrimônio de Referência (PR) no valor de R\$ 21.237.874,61, da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos com percentual de utilização de 25,12%, em 31 de dezembro de 2018.

29. Contingências Passivas

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Outros	69.724,00	0,00	16.724,00	0,00
TOTAL	69.724,00	0,00	16.724,00	0,00

30. Benefícios a empregados

A cooperativa é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade PGBL plano é administrado pela Fundação Sicoob de Previdência Privada – Sicoob Previ.

As contribuições dos funcionários da cooperativa são equivalentes a no mínimo 3% do salário. As despesas com contribuições efetuadas durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 54.271,30.

PIUMHI-MG, 18 de janeiro de 2019

NELSON SOARES DE MELO
PRESIDENTE

RIQUELME APARECIDA CAETANO SANTOS
DIRETORA DE CONTROLES E RISCOS

DANILO PEREIRA DE BRITO
DIRETOR DE NEGOCIOS

DALILA SILVA MIRANDA FERREIRA
DIRETORA ADMINISTRATIVA



SICOOB CREDIALTO
Rua Grijalva Soares Terra, 69 - Centro
37925-000 - Piumhi - MG
Tel.: (37) 3371-9300
credialto@sicoobcredialto.com.br - www.sicoobcredialto.com.br

VICENTE PAULO MACHADO
Técnico Contábil
CRC/MG nº 57.835/O-0